**Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS**

**Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023**

(Valores expressos em milhares de Reais, ou de outra forma quando indicado)

**NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL**

Constituída em 18 de outubro de 1993, a Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS, doravante denominada “Companhia”, é uma sociedade por ações de economia mista, autorizada a funcionar de acordo com a Lei Estadual nº 12.010 de 05 de outubro de 1992, tendo por objeto social promover a produção, a aquisição, o armazenamento, a distribuição e a comercialização de gás combustível e a prestação de serviços correlatos no Estado do Ceará.

A Companhia é concessionária exclusiva pelo prazo de 50 anos dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado do Ceará, conforme contrato de concessão celebrado em 30 de dezembro de 1993.

**NOTA 2. BASE DE PREPARAÇÃO**

1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas tomando como base as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e as normas internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”), implantados no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“ICPC”), orientações (“OCPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). e Normas Brasileiras de Contabilidade (“NBC TG”), e suas interpretações técnicas (“ITG”), orientações (“OTG’) e comunicado técnico (“CTG”) aprovados pelo plenário do Conselho Federal de Contabilidade - (“CFC”), em vigência no exercício.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

1. Julgamento da Administração quanto a continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individualmente ou coletivamente, podem levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou um capital circulante líquido positivo de R$ 96.513 mil enquanto em 31 de dezembro de 2023 teve um capital circulante positivo no montante de R$ 113.831 mil, decorrente da sua operação.

**NOTA 3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Em todas as informações financeiras apresentadas em reais, os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**NOTA 4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetem os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados de suas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a provisão para perdas estimadas no recebimento de créditos (Nota 8), a provisão para contingências (Nota 21), *impairment* (Nota 5), tributos diferidos (Nota 10 e Nota 28) e arrendamento (Nota 15). Os resultados dessas transações e informações, quando de sua realização em períodos subsequentes, podem divergir das estimativas.

**NOTA 5. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação em contrário.

1. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem caixa, depósitos bancários, aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses ativos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, dependendo do resultado obtido e de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras.

1. APLICAÇÃO FINANCEIRA

Incluem aplicações financeiras de curto prazo de média liquidez, cujos vencimentos originais são superiores a três meses, sendo, após este prazo de carência, mantidas para negociação pela Companhia.

1. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E PERDAS ESTIMADAS NO RECEBIMENTO DE CRÉDITOS

São registradas no balanço pelo valor nominal os títulos representativos de créditos, sendo classificadas no ativo circulante e não circulante.

A perda estimada no recebimento de créditos é calculada por montantes considerados suficientes para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber. Para tanto, aplica-se os critérios de análise histórica dos recebimentos de títulos da empresa, de análise técnica pormenorizadas dos títulos e de análise de mercado, conforme NBC TG 48 (Instrumentos Financeiros).

1. ESTOQUE

Os estoques de almoxarifado representam materiais e peças para alocação na manutenção de sua rede de distribuição e equipamentos, refletindo o plano de negócios da Companhia para os exercícios seguintes. A Companhia mantém também estoque de gás natural, que representa o volume de gás armazenado na tubulação após as operações de compra e venda de gás no período. Ambos os estoques estão avaliados pelo custo médio de aquisição e não superam os preços de mercado.

1. CONTRATO DE CONCESSÃO

Foi observada a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), correspondente à ITG 01 (R1), que orienta as empresas Concessionárias de Serviços Públicos a registrarem o direito de exploração relacionado ao contrato de concessão em suas demonstrações financeiras quando da ocorrência da seguinte situação: o Poder Concedente controla ou regulamenta quais serviços o Concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço. Desta forma, a Companhia reconheceu como intangível, em substituição ao imobilizado relativo à construção de infraestrutura e à aquisição de bens necessários para a prestação dos serviços de distribuição de gás, o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás.

Nos termos do contrato de concessão de distribuição de gás canalizado, que estão ao alcance do ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviços para o poder concedente quando constrói ou melhora a infraestrutura usada para prestar um serviço público por conta própria ou através de terceiros. Ao prestar o serviço, o concessionário deve mensurar e reconhecer a receita dos serviços que presta de acordo com o NBC TG 47.

A construção da infraestrutura é considerada como prestação de serviços ao Poder Concedente, sendo que a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, tendo em vista que não existe margem definida no Contrato de Concessão para esse serviço.

Essa prestação de serviço gera ao concessionário o benefício de poder cobrar do usuário do serviço, via tarifa, o retorno do valor dispendido. Ao final do período da concessão, especificamente nos últimos 10 (dez) anos, quando não será mais possível a recuperação dos investimentos via tarifa, a concessionária registrará, como ativo financeiro a ser indenizável pelo poder concedente, os valores residuais de investimentos realizados na construção da infraestrutura.

1. ATIVOS INTANGÍVEIS

Para os Ativos Intangíveis, foi observada a NBC TG 04 (R4), a qual define o tratamento contábil a ser dado aos ativos intangíveis que não são abrangidos especificamente por outros pronunciamentos. A Companhia apresenta, em seu ativo intangível, os valores referentes à construção de infraestrutura e à aquisição de bens necessários para a prestação dos serviços de distribuição de gás, a qual é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada equivalente.

Em atendimento ao ICPC 01 (R1), o Intangível decorre do Contrato de Concessão, e o seu montante é constituído pelo somatório dos valores desembolsados para a construção da infraestrutura e aquisição de bens necessários à prestação dos serviços de distribuição de gás, conforme divulgado naNota 16. A taxa para a amortização do Intangível é estabelecida no Contrato de Concessão firmado com o Governo do Estado do Ceará, que estabelece o prazo de 10 (dez) anos, estando, portanto, o método da amortização fundamentado no item 98B da NBC TG 04 (R4), que estabelece a possibilidade da Companhia determinar sua taxa em decorrência de um fator limitante predominante que é inerente ao seu ativo intangível.

As amortizações dos itens que compõem o Intangível foram calculadas pelo método linear, e taxas anuais descritas na Nota 16.

1. REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS (VRA) – (*Impairment*)

Para o VRA, foi observada a NBC TG 01 (R4), que define procedimentos visando assegurar que os ativos da sociedade não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou venda. Caso existam evidências claras de que ativos estão avaliados por valor não recuperável no futuro, a sociedade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas, que poderá ser revertida. Não identificamos evidências de perda no valor recuperável dos ativos da Companhia.

1. SUBVENÇÕES E ASSISTÊNCIAS GOVERNAMENTAIS

Para as Subvenções e Assistências Governamentais, foi observada a NBC TG 07 (R2), a qual define o procedimento a ser aplicado na contabilização e na divulgação de subvenção governamental e na divulgação de outras formas de assistência governamental. Considerando o disposto na referida NBC TG, a Companhia registrou, diretamente no resultado do exercício pelo regime de competência, os incentivos fiscais decorrentes de doações ou subvenções governamentais recebidas.

1. TRIBUTOS

A provisão para imposto de renda é constituída sobre o lucro real à alíquota de 15%, mais o adicional de 10%, conforme legislação em vigor. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 9% do lucro contábil ajustado, conforme legislação em vigor.

Além dos tributos normalmente incidentes sobre o lucro do período, foram reconhecidos no resultado os efeitos das diferenças temporais entre o regime contábil da apropriação de receitas e despesas e o seu regime tributário, de acordo com a NBC TG 32 (R4).

O ICMS é calculado mediante aplicação da alíquota de 18% calculada sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal. No entanto, conforme definia a legislação estadual, as operações de aquisição de gás natural foram tributadas por substituição tributária até 08/2022 e os supridores efetuavam o cálculo e recolhimento do tributo considerando as margens de valor agregado estabelecidas no Decreto 24.569/1997. A partir de 09/2022, tendo em vista a aplicação do Decreto 34.881/22, a CEGÁS passou a ser responsável pelo ICMS normal e ICMS substituição tributária para o gás natural no Estado do Ceará.

1. JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Em conformidade com o disposto no artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e regulamentação posterior, a Companhia contabilizou juros sobre capital próprio como despesa financeira. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras e em atendimento à Deliberação CVM nº 207/96, esses juros foram reclassificados de despesa financeira para lucros acumulados, não produzindo efeito no lucro líquido a não ser pelos impactos fiscais.

1. DIVULGAÇÕES SOBRE PARTES RELACIONADAS

Para as Partes Relacionadas, foi observada a NBC TG 05 (R3), a qual estabelece que as demonstrações financeiras da entidade contenham as divulgações necessárias para evidenciar a possibilidade de que sua posição financeira e seu resultado possam ter sido afetados pela existência de transações e saldos com partes relacionadas.

1. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC

Foram observadas as orientações da NBC TG 03 (R3) no que se refere à apresentação de informações acerca das alterações históricas de caixa e equivalentes de caixa de uma entidade por meio de demonstração que classifique os fluxos de caixa do exercício por atividades operacionais, de investimento e de financiamento. A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras divulgadas ao final de cada período.

1. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) nos termos da NBC TG 09 (R1), a qual é apresentada como informação financeira adicional e tem por finalidade evidenciar as riquezas geradas pela entidade e a forma como tais riquezas foram distribuídas em determinado período.

1. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Foi observada a NBC TG 25 (R2), a qual reconhece uma provisão em função de um evento passado que gera uma obrigação possível, estimada de maneira confiável e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade, sendo provável que um recurso econômico venha a ser exigido para liquidá-la.

As provisões para passivos contingentes são constituídas com base em pareceres jurídicos que classificam as contingências com perspectiva de perda provável, assim como os depósitos relativos às contingências. Se classificadas como de perda possível, são evidenciadas em nota explicativa. Quando a possibilidade de perda é remota, não há tratamento nas demonstrações financeiras.

1. AJUSTE A VALOR PRESENTE (AVP)

Para o Ajuste a Valor Presente, foi aplicada a NBC TG 12, que estabelece os requisitos básicos a serem observados quando da aplicação do ajuste a valor presente na mensuração de ativos e passivos, decorrentes de operações de longo prazo e operações relevantes de curto prazo, no momento inicial em que tais ativos e passivos são reconhecidos, bem como nos balanços subsequentes.

1. RECEITAS

Para a Receita, foi aplicada a NBC TG 47 que estabelece um modelo para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes.

O princípio fundamental da NBC TG 47 (IFRS 15) consiste em a entidade reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens e serviços. Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

• Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com o cliente;

• Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato;

• Passo 3: Determinar o preço da transação;

• Passo 4: Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato;

• Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

De acordo com este Pronunciamento, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de performar for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente.

Neste sentido, a CEGÁS reconhece receitas oriundas principalmente das seguintes fontes:

• Venda de gás canalizado;

• Prestação de serviços de movimentação de gás de autoprodutor; e

• Receitas de Construção.

A Companhia avaliou as principais fontes de receita da entidade, conforme discriminado acima, e entende que elas representam obrigações de desempenho distintas, as quais deverão ser reconhecidas no determinado momento em que a entrega do gás e/ou o serviço é realizado.

Quanto às Receitas de Construção, a orientação OCPC 05 (CTG 05) – Contratos de Concessão – determina que empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes. Por isso, é obrigatória a evidenciação das receitas de construção. Perante o Poder Concedente, essas receitas são reconhecidas na proporção dos gastos recuperáveis, uma vez que não é possível estimar confiavelmente a conclusão da transação e não há reconhecimento de qualquer margem de lucro.

1. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO DERIVATIVOS – RECONHECIMENTO E DESRECONHECIMENTO

A Companhia reconhece um ativo e um passivo financeiro inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos na seguinte categoria: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e outros passivos financeiros.

A Companhia reverte o reconhecimento de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia reverte o reconhecimento de um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalente de caixa, contas a receber e crédito de gás. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores e empréstimos e financiamentos.

1. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Obrigações relativas a benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago para os planos de bonificação em dinheiro ou de participação nos lucros, se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço prestado pelo empregado e se a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

1. ARRENDAMENTOS

A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o benefício econômico de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Na qualidade de arrendatária, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Nesse contexto, a CEGÁS reconhece uma depreciação de ativos de direito de uso e despesa financeira sobre obrigações de arrendamento.

Em consonância com a NBC TG 06 (R3), são avaliados os critérios para reconhecimento, mensuração e divulgação de arrendamento, considerando a essência econômica ao invés da forma jurídica, a materialidade e o prazo do contrato para determinar se haverá o seu reconhecimento. A CEGÁS optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

**NOTA 6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

As disponibilidades da Companhia não absorvidas nas atividades operacionais ou de investimentos são mantidas em aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras têm diversos vencimentos, podendo ser resgatadas a qualquer tempo. Os valores aplicados estão acrescidos dos rendimentos até a data do encerramento dos exercícios, conforme demonstrado a seguir:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO** | **APLICAÇÃO** | **REMUNERAÇÃO** | **2024** | **2023** |
| Caixa |  |  | 4 | 4 |
| Bancos |  |  | 696 | 142 |
| **TOTAL DE CAIXA E BANCOS** | | | **146** | **148** |
| Aplicações Financeiras |  |  |  |  |
| Banco do Brasil | FUNDO BB | 74,27 % do CDI | 59 | 189 |
| Banco do Nordeste | CDB | 100,75% a 101% CDI | 17.831 | 16.658 |
| Banco Safra | BOX-DI | 95% a 103% CDI | 74.673 | 40.093 |
| Banco Santander | CDB | 103% do CDI | 6.548 | 10.512 |
| Caixa Econ. Federal | CDB e FUNDO CEF | 101% a 101,5% do CDI | 19.741 | 28.424 |
| Bradesco | Debêntures | 101% do CDI | 1.654 | - |
| Banco ABC | CDB | 103,8% a 106% do CDI | 6.934 | - |
| **TOTAL DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS** | | | **127.440** | **95.876** |
| **TOTAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA** | | | **128.140** | **96.022** |

**NOTA 7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

Abaixo, demonstramos as aplicações de curto prazo:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO** | **APLICAÇÃO** | **REMUNERAÇÃO** | **2024** | **2023** |
| **Aplicações Financeiras Circulante** | | | | |
| Banco Safra | BOX | 102,0% a 104,0% do CDI | - | 52.702 |
| **TOTAL DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS (a)** | | | **-** | **52.702** |

Esta rubrica registra as aplicações financeiras de curto prazo cuja data de liquidez pactuada entre a Companhia e as instituições financeiras é superior a três meses e inferior a 12 meses. Em decorrência de contrato celebrado entre a Shell Energy do Brasil Gás Ltda e a CEGÁS, foi firmado, junto ao Banco Safra S/A, Contrato de Fiança para emissão de “Carta de Fiança” à beneficiária Shell Energy do Brasil Gás Ltda. Nesse sentido, o Banco Safra solicitou contrapartida na forma de aplicação financeira sem liquidez imediata. Esta garantia expirou em setembro de 2024, sendo substituída por garantia contratada junto ao Bradesco, que por sua vez, não requereu contrapartida, com o valor retornando para a classificação de caixa e equivalentes de caixa.

**NOTA 8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

A Companhia, seguindo as melhores práticas de governança, bem como a NBC TG Nº 05 (R3), segregou da rubrica “contas a receber de clientes” os montantes obtidos com partes relacionadas. A Companhia também realizou análise dos valores objeto de ações de cobrança judicial e reclassificou para o Não Circulante os montantes cujas expectativas de recebimentos ultrapassam o exercício social. Em dezembro de 2024 e de 2023 as contas a receber de clientes estavam apresentadas conforme a seguir:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO – CIRCULANTE** | **2024** | **2023** |
| Contas a Receber de Clientes | 57.746 | 33.115 |
| (-) Perda c/ devedores duvidosos | (71) | (37) |
| **Total de Contas a Receber de Clientes** | **57.675** | **33.078** |
| Contas a Receber em Geral | 57.610 | 33.002 |
| Contas a Receber com Partes Relacionadas | 65 | 76 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO – NÃO CIRCULANTE** | **2024** | **2023** |
| Contas a Receber de Clientes | 25.814 | 25.635 |
| (-) Perda c/ devedores duvidosos | (2.902) | (2.723) |
| **Total de Contas a Receber de Clientes** | **22.912** | **22.912** |
| Contas a Receber de Clientes | 22.867 | 22.873 |
| Contas a Receber com Partes Relacionadas | 45 | 39 |

O crescimento das contas a receber de clientes no circulante em dezembro de 2024 quando comparado a 2023 deve-se principalmente a realização de novas operações de comercialização de gás no montante de R$ 23.693 e que são recebidas normalmente até o final de mês subsequente ao da operação.

Em relação as contas a receber de clientes classificadas no não circulante em dezembro de 2024, tem-se que do total de R$ 25.814, o montante de R$ 22.900 corresponde ao cumprimento da cláusula contratual de compromisso firme de retirada de gás (*take or pay* recuperável) que são objeto de cobrança administrativa e judicial, conforme descrito na Nota 20.

As partes relacionadas mencionadas nesta Nota Explicativa compreendem montantes a receber de hospitais, universidades e secretarias vinculadas ao Estado do Ceará.

O risco de crédito das contas a receber advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise da situação patrimonial e financeira de seus clientes, e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. O prazo médio de recebimento das vendas é de 16 (dezesseis) dias.

As Perdas Estimadas no Recebimento de Créditos foram constituídas com base na análise das duplicatas e valores a receber de clientes, em montante julgado suficiente para cobrir prováveis perdas na realização, segundo critérios definidos pela administração, como: análise histórica dos recebimentos de títulos da empresa, análise técnica pormenorizadas dos títulos e análise de mercado, excluindo-se as antecipações contratuais restituíveis (penalidades) refletidas como adiantamentos de clientes no passivo. A movimentação das Perdas Estimadas no Recebimento de Créditos pode ser visualizada conforme a seguir:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **MOVIMENTAÇÃO DAS PERDAS ESTIMADAS NO RECEB. DE CRÉDITOS – CIRCULANTE** | | | |
| **Saldo em 2023** | Adição | Baixa | **Saldo em 2024** |
| (37) | (56) | 22 | (71) |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **MOVIMENTAÇÃO DAS PERDAS ESTIMADAS NO RECEB. DE CRÉDITOS – NÃO CIRCULANTE** | | | |
| **Saldo em 2023** | Adição | Baixa | **Saldo em 2024** |
| (2.723) | (179) | - | (2.902) |

Em dezembro de 2024 e de 2023, as contas a receber por data de vencimento, desdobradas em venda de gás e penalidades, estavam assim representadas:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO – Venda de gás** | **2024** | **2023** |
| A vencer | 54.887 | 28.458 |
| Vencidas em até 30 dias | 1.492 | 1.792 |
| Vencidas entre 31 e 365 dias | 605 | 221 |
| Vencidas há mais de 365 dias | 1.480 | 1.337 |
| **Subtotal** | **58.464** | **31.808** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO – Penalidades** | **2024** | **2023** |
| A vencer | 628 | 2.555 |
| Vencidas em até 30 dias | 134 | 15 |
| Vencidas entre 31 e 365 dias | 0 | 75 |
| Vencidas há mais de 365 dias | 24.334 | 24.298 |
| **Subtotal** | **25.096** | **26.942** |

**NOTA 9. ESTOQUE**

A Companhia registra o estoque de gás natural decorrente do armazenamento do produto em sua rede de distribuição canalizada e em trânsito na rede de terceiros (transportador de gás). Assim, em dezembro de 2024, a capacidade instalada foi de 70.002 m³, a capacidade utilizada de terceiros foi de 264.455 m3 e o custo médio de aquisição do gás foi de R$ 2,0908/m³. Em dezembro de 2023, a capacidade instalada foi de 67.629 m³, a capacidade utilizada de terceiros foi de 31.485 m3 e o custo médio de aquisição do gás foi de R$ 2,4272/m³. Os demais estoques referem-se a materiais de uso e consumo e a peças para manutenção.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ESTOQUES** | **2024** | **2023** |
| Estoque de Gás Natural | 699 | 200 |
| Estoque de Materiais para Uso e Consumo | 773 | 734 |
| Estoque de Peças para Manutenção | 753 | 647 |
| **TOTAL** | **2.225** | **1.581** |

**NOTA 10. TRIBUTOS A RECUPERAR E TRIBUTOS DIFERIDOS**

Em dezembro de 2024 e de 2023 os impostos a recuperar e diferidos demonstrados conforme a seguir:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO – CIRCULANTE** | **2024** | **2023** |
| Saldo negativo de IRPJ | 66 | 1.690 |
| IRRF a Recuperar | 6 | 70 |
| IRRF sobre aplicações financeiras | 421 | 641 |
| IRPJ Pago a Maior | 235 | 1 |
| CSLL Pago a Maior | - | 444 |
| PIS a recuperar | 979 | 694 |
| COFINS a recuperar | 4.506 | 3.196 |
| PIS e COFINS – Arrendamento IRFS 16 (CPC 06) (1) | 1.795 | 2.015 |
| INSS | - | 137 |
| ICMS a recuperar | 7.049 | 5.727 |
| ISS a recuperar | 1 | 1 |
| Outros tributos a recuperar federal | 6 | - |
| **TOTAL CIRCULANTE** | **15.064** | **14.616** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO - NÃO CIRCULANTE** | **2024** | **2023** |
| ICMS a recuperar | 460 | - |
| IRPJ e CSLL Diferidos (2) | 8.769 | - |
| **TOTAL NÃO CIRCULANTE** | **9.229** | **-** |

(1) A Companhia realizou o reconhecimento do arrendamento da sede, conforme descrito na Nota 15, e contabilizou o crédito de PIS e COFINS até o final do contrato em contrapartida ao lançamento do arrendamento no Ativo Imobilizado, estando este último líquido.

(2) O IRPJ e CSLL Diferidos referem-se à constituição de ativo fiscal oriundo de diferenças temporárias dedutíveis, apurados com base nos passivos contingentes conforme determina a NBC TG 32 (R3) – Tributos sobre o lucro. Devido ao reconhecimento de contingências descrita na nota explicativa nº 21, houve a respectiva constituição do IRPJ e CSLL diferidos.

**NOTA 11. CRÉDITOS NAS OPERAÇÕES DE VENDA E AQUISIÇÃO DE GÁS**

Os valores registrados nas contas Créditos nas Operações de Venda e Aquisição de Gás referem-se à aplicação de cláusulas constantes nos contratos de suprimentos da Companhia, que garantem à CEGÁS o recebimento de gás decorrente do adiantamento de valores ao supridor correspondentes aos compromissos firmes de aquisição de volumes de gás.

Em consonância com as regras contratuais, esses adiantamentos são baixados contra a conta de fornecedores, à medida que os volumes de gás são retirados do supridor, ou levando para o resultado como despesa de penalidades, no caso de expirado o prazo contratual para a retirada do gás. Os montantes pagos aos supridores a título de compromisso firme de aquisição de gás conferem direito à Companhia de retirar os correspondentes volumes de gás no prazo contratual. No momento da retirada do gás, os montantes são atualizados pela variação do preço do gás vigente.

A composição da Conta Créditos nas Operações de Venda e Aquisição de Gás está demonstrada conforme a seguir:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO – ATIVO CIRCULANTE** | **2024** | **2023** |
| Contratos de Suprimento ex-térmico (i) | 53 | 4.748 |
| Demais Adiantamentos | 73 | 506 |
| **TOTAIS** | **126** | **5.254** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO – ATIVO NÃO CIRCULANTE** | **2024** | **2023** |
| Contratos de Suprimento ex-térmico (i) | 10.452 | 6.241 |
| **TOTAIS** | **10.452** | **6.241** |

(i) Os valores registrados nestas rubricas referem-se a contratos de suprimento de gás em geral (ex-térmico) decorrentes de cláusulas *Take or Pay* recuperáveis.

**NOTA 12. DESPESAS ANTECIPADAS**

A Companhia registrou nessa rubrica pagamentos pertinentes a custos e despesas que se referem a períodos de competência subsequentes, apresentadas no balanço pelas importâncias aplicadas, diminuídas das apropriações efetuadas no período, de forma a obedecer ao regime de competência. O quadro a seguir evidencia os principais tipos de despesas antecipadas:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO** | **2024** | **2023** |
| Seguros dos Gasodutos | 105 | 183 |
| Seguro dos Veículos | 6 | 5 |
| Licença de Software | 5 | 2 |
| Odorização a apropriar | 136 | - |
| Fiança a apropriar | 104 | - |
| Assinaturas de jornais/revistas, anuidades, seguros em geral | 76 | 279 |
| **TOTAIS** | **432** | **469** |

**NOTA 13. DEPÓSITOS JUDICIAIS**

Os saldos dos depósitos judiciais estão assim demonstrados:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO – NÃO CIRCULANTE** | **2024** | **2023** |
| Prefeitura Municipal de Fortaleza (1) | 15.239 | 14.192 |
| Ação Trabalhista – Depósitos Recursais | 53 | 23 |
| Depósitos Judiciais Cíveis | 152 | 158 |
| **TOTAIS** | **15.444** | **14.373** |

(1) O valor de R$ 15.239 refere-se aos recolhimentos dos depósitos judiciais decorrentes de uma ação contra a Prefeitura Municipal de Fortaleza – PMF onde se questiona a cobrança de valores devidos pela instalação dos gasodutos no subsolo, estabelecida pela Lei nº 8.744/2003, que instituiu o pagamento de prestação pecuniária obrigatória a empresas que tenham infraestrutura instalada em logradouros públicos, no espaço aéreo, no solo e no subsolo do município de Fortaleza.

**NOTA 14. DEPÓSITO REINVESTIMENTO**

A Companhia iniciou a partir do ano de 2017, a opção pelo Incentivo Fiscal de Reinvestimento do IRPJ, realizando depósitos mensais de 30% (trinta por cento) sobre o IR devido e 50% (cinquenta por cento) de recursos próprios junto ao Banco do Nordeste do Brasil. O Reinvestimento beneficia as pessoas jurídicas com empreendimentos em operação na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, com o reinvestimento de 30% (trinta por cento) do Imposto devido, em projetos de modernização ou complementação de equipamento. Os recursos liberados devem ser incorporados ao capital da empresa no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do encerramento do exercício social em que houve a emissão do ofício de liberação pela SUDENE. O quadro a seguir evidencia os valores dos depósitos de reinvestimento por competência, na posição de 31 de dezembro de 2024 e 2023:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO** | **2024** | **2023** |
| Ano Base 2022 | 2.550 | 2.450 |
| Ano Base 2023 | 1.623 | 1.457 |
| Ano Base 2024 | 2.468 | - |
| **TOTAIS** | **6.641** | **3.907** |

**NOTA 15. IMOBILIZADO**

Os valores reconhecidos no Imobilizado decorrem do Arrendamento, adequando-se a NBC TG 06 (R3). Seu montante total é constituído pelo valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão. O montante das amortizações acumuladas está destacado pelo total. Devido à característica das atividades operacionais, a depreciação do imobilizado tem início quando o bem que lhe deu origem entra em operação. Vale destacar que tal bem não faz parte do contrato de concessão da Companhia, não configurando um Ativo Intangível. Logo, passou a ser classificado como Ativo Imobilizado, conforme definido pela NBC TG 06 (R3). O quadro a seguir demonstra a composição atual da conta:

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO** | **2023** | | | | **2024** | | |
| **Taxa** | **Custo** | **(-) Deprec.** | **Líquido** | **Custo** | **(-) Deprec.** | **Líquido** |
| Arrendamento IFRS 16 | 6,25% | 22.071 | (11.085) | 10.986 | 22.071 | (13.386) | 8.685 |
| **TOTAIS** | | **22.071** | **(11.085)** | **10.986** | **22.071** | **(13.386)** | **8.685** |

O quadro abaixo apresenta a movimentação das contas ocorrida no exercício:

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **CUSTO** | **2022** | **Adição** | **Baixa/**  **Rever.** | **Transf** | **2023** | **Adição** | **Baixa/**  **Rever.** | **Transf** | **2024** |
| Arrendamento – IFRS 16 | 21.595 | 476 | - | - | 22.071 | 0 | - | - | 22.071 |
| **TOTAIS** | **21.595** | **476** | **-** | **-** | **22.071** | **0** | **-** | **-** | **22.071** |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **DEPRECIAÇÃO** | **2022** | **Adição** | **Baixa/**  **Rever.** | **Transf** | **2023** | **Adição** | **Baixa/**  **Rever.** | **Transf** | **2024** |
| Arrendamento | (8.795) | (2.290)) | - | - | (11.085) | (2.301) | - | - | (13.386) |
| **TOTAIS** | **(8.795)** | **(2.290)** | **-** | **-** | **(11.085)** | **(2.301)** | **-** | **-** | **(13.386)** |
| **LÍQUIDO** | **12.800** | **(1.814)** | **-** | **-** | **10.986** | **(2.301)** | **-** | **-** | **8.685** |

**NOTA 16. INTANGÍVEL**

Os valores reconhecidos no Intangível decorrem do Contrato de Concessão e o seu montante total é constituído pelo valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão. O montante das amortizações acumuladas está destacado pelo total. Devido à característica das atividades operacionais, a amortização do Intangível tem início quando o bem que lhe deu origem entra em operação. No quadro abaixo demonstra-se a composição atual da conta Intangível:

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO** | **2023** | | | | **2024** | | |
| **Taxa** | **Custo** | **(-) Amort** | **Líquido** | **Custo** | **(-) Amort** | **Líquido** |
| Terrenos | 10% | 676 | (676)  ) | - | 676 | (676) | - |
| Edificações (Imóveis) | 10% | 3.551 | (2.695) | 856 | 3.546 | (2.912) | 635 |
| Móveis/Utensílios | 10% | 3.238 | (1.948) | 1.290 | 3.300 | (2.152) | 1.148 |
| Veículos | 10% | 2.232 | (1.868) | 364 | 3.298 | (2.015) | 1.283 |
| Proc. Dados | 10% | 9.746 | (2.903) | 6.843 | 12.246 | (3.846) | 8.400 |
| Rede | 10% | 264.269 | (159.712) | 104.557 | 293.418 | (181.796) | 111.622 |
| Máq./Equipamentos | 10% | 5.951 | (3.952) | 1.999 | 6.093 | (4.465) | 1.628 |
| Softwares | 10% | 12.829 | (8.758) | 4.071 | 13.057 | (9.688) | 3.368 |
| Outros | 10% | 2.257 | (611) | 1.646 | 2.322 | (800)  ) | 1.522 |
| Obras em andamento |  | 49.682 | - | 49.682 | 50.253 | - | 50.253 |
| **TOTAIS** | | **354.431** | **(183.123))** | **171.308** | **388.209** | **(208.350)** | **179.859** |

No quadro abaixo apresenta-se a movimentação das rubricas da conta Intangível ocorrida no exercício:

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO** | **2022** | **Adição** | **Baixa/Rever.** | **Transf** | **2023** | **Adição** | **Baixa/Rever.** | **Transf** | **2024** |
| Terrenos | 676 | - | - | - | 676 | - | - | - | 676 |
| Edificações (Imóveis) | 3.551 | -  - | - | - | 3.551 | -  - | (5) | - | 3.546 |
| Móveis/Utens. | 3.087 | 153 | (2) | - | 3.238 | 76 | (14) | - | 3.300 |
| Veículos | 2.232 | - | - | - | 2.232 | 1.066 | - | - | 3.298 |
| Proc. Dados | 5.922 | 3.824 | - | - | 9.746 | 2.500 | - | - | 12.246 |
| Rede | 250.745 | 3.480 | (1.144)) | 11.188 | 264.269 | 1.254 | (1.211) | 29.106 | 293.418 |
| Máq./Equipam. | 5.888 | 63 | - | - | 5.951 | 142 | - | - | 6.093 |
| Softwares | 12.637 | 219 | (28) | - | 12.829 | 228 | - | - | 13.057 |
| Outros | 745 | - | - | 1.512 | 2.257 | 65 | - | - | 2.322 |
| Obras em andam. | 30.916 | 30.793 | 799 | (12.826) | 49.682 | 29.990 | (303) | (29.116) | 50.253 |
| **TOTAIS** | **316.399** | **38.553** | **(375)** | **(126)** | **354.431** | **35.321** | **(1.533)** | **(10)** | **388.209** |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **AMORT.** | **2022** | **Adição** | **Baixa/**  **Rever.** | **Transf** | **2023** | **Adição** | **Baixa/**  **Rever.** | **Transf** | **2024** |
| Terrenos | (676) | - | - | - | (676) | - | - | - | (676) |
| Edificações (Imóveis) | (2.467) | (227) | - | - | (2.695) | (218) | 1 | - | (2.912) |
| Móveis/Utens. | (1.674) | (275) | 2 | - | (1.948) | (218) | 14 | - | (2.152) |
| Veículos | (1.738) | (130) | - | - | (1.868) | (147) | - | - | (2.015) |
| Proc. Dados | (2.287) | (616) | - | - | (2.903) | (943) | - | - | (3.846) |
| Rede | (139.442) | (20.709) | 321 | 117 | (159.712) | (22.487) | 403 | - | (181.796) |
| Máq./Equipam. | (3.450) | (510) | 9 | - | (3.952) | (513) | - | - | (4.465) |
| Softwares | (7.861) | (911) | 14 | - | (8.758) | (930) | - | - | (9.688) |
| Outros | (492) | (119) | - | - | (611) | (189) | - | - | (800) |
| **TOTAIS** | **(160.087)** | **(23.499)** | **345** | **117** | **(183.123)** | **(25.645)** | **418** | **-** | **(208.350)** |
| **LÍQUIDO** | **156.312** | **15.034** | **(29)** | **(8)** | **171.308** | **9.676** | **(1.115)** | **(10)** | **179.859** |

Em virtude da aplicação do ICPC 01 (R1), a taxa para a amortização dos itens que compõem o Intangível é a estabelecida no Contrato de Concessão firmado com o Estado do Ceará, o qual estabelece o prazo de 10 anos. O método da amortização está fundamentado no item 98B da Revisão N° 08/15 do Pronunciamento Técnico aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade, que estabelece a possibilidade de a Companhia determinar sua taxa em decorrência de um fator limitante predominante que é inerente ao seu ativo intangível.

Ao se avaliar o disposto na NBC TG 01 (R4), que define procedimentos visando assegurar que os ativos da sociedade não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou venda, concluiu-se que não há evidências de perda no valor recuperável dos ativos da Companhia.

**NOTA 17. FORNECEDORES**

O saldo da conta Fornecedores é composto, em sua maior parte, por obrigações a pagar aos supridores de gás. Na rubrica Demais Fornecedores de Materiais e Serviços são registradas as aquisições de bens destinados à construção da rede de distribuição de gás e à aquisição de materiais e serviços para a gestão e manutenção da máquina administrativa da Companhia. Vale ressaltar que o pagamento, em geral, é realizado no mês seguinte ao reconhecimento da obrigação, conforme vencimento. Em dezembro de 2024 e de 2023 a conta Fornecedores estava apresentada conforme a seguir:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO** | **2024** | **2023** |
| Fornecedores de Gás Convencional | 65.746 | 47.794 |
| Demais Fornecedores de Bens e Serviços | 4.909 | 6.749 |
| **TOTAL** | **70.655** | **54.543** |

O crescimento da conta Fornecedores de Gás Convencional em dezembro de 2024 quando comparado a 2023 deve-se principalmente a realização de novas operações de comercialização de gás, conforme mencionado na Nota 8.

**NOTA 18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO** | **VENCIMENTO** | **CIRCULANTE** | | **NÃO CIRCULANTE** | |
| **2024** | **2023** | **2024** | **2023** |
| Contrato Rede Térmica | 2021 | - | - | 12.134 | 12.134 |
| Arrendamento – IFRS 16 | 2027 | 1.593 | 1.418 | 14.903 | 16.495 |
| **TOTAL** |  | **1.593** | **1.418** | **27.037** | **28.629** |

O Contrato Rede Térmica refere-se ao financiamento obtido junto à Petrobras, pela construção e montagem da Estação de Medição e Regulagem de Pressão e do Gasoduto de Conexão, para atendimento ao cliente Termofortaleza, no valor principal de R$ 4.896, a ser pago em 144 (cento e quarenta e quatro) parcelas mensais, vencida a primeira no mês de 01/2004. As parcelas estão corrigidas, pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) até 08/2023.

As parcelas serão cobradas pela Petrobras quando o gasoduto construído for regularizado junto à ANP – Agência Nacional de Petróleo. Em agosto de 2019, foi assinado um Termo de Encerramento de Pendências – TEP entre Petrobras e CEGÁS com o intuito de resolver pendências decorrentes do Contrato Rede Térmica supramencionado. Acordou-se entre as partes que a quitação do contrato se dará mediante o cumprimento de obrigações previstas no TEP, bem como do pagamento do valor de R$ 12.134 atualizados pelo IGPM até o mês anterior à data do respectivo pagamento.

Em dezembro de 2023, o impacto da atualização monetária no resultado seria de R$ 9.195, que totalizaria um valor a pagar de R$ 21.329. No entanto, conforme cláusula 5.1 do TEP, a eficácia do instrumento era condicionada ao adimplemento total do objeto do Termo de Compromisso decorrente do TEP celebrado entre as partes, qual seja, a conclusão, por parte da Petrobras, das adequações do Ponto de Entrega José de Alencar e a construção, a ser realizada pela CEGÁS, de Gasoduto de Distribuição para interligação do Ponto de Entrega José de Alencar à Usina Termofortaleza.

Assim, o reconhecimento da atualização monetária prevista no instrumento seria apropriado ao resultado na medida em que as obrigações acordadas entre as partes fossem cumpridas. Segundo a Cláusula 10.1 do Termo Compromisso do TEP, o prazo para conclusão das obrigações era de até 24 meses, prorrogáveis por igual período, a contar da data de assinatura do citado documento. Todavia o prazo do TEP venceu-se em 08/2023 e atualmente se encontra em negociação junto a Petrobras para finalizar a transação.

A Companhia reconheceu o arrendamento referente a sede administrativa conforme descrito na Nota 15. Assim no início do arrendamento, a CEGÁS separou os pagamentos entre aluguel e demais elementos do contrato com base no seu valor justo relativo. Os custos financeiros atribuídos ao passivo foram determinados com base na taxa de juros do contrato de financiamento vigente no mercado (14,55% a.a.). A partir de 2021, o índice de reajuste passou a ser o IPCA.

**NOTA 19. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR**

Os montantes registrados na conta Obrigações Tributárias, Trabalhistas e Encargos Sociais a Pagar referem-se a saldos a recolher de tributos indiretos (PIS, COFINS e ICMS), tributos retidos na fonte e provisões de férias e encargos trabalhistas a pagar (INSS, FGTS) cujo pagamento, em geral, é realizado no mês seguinte ao reconhecimento da obrigação, conforme vencimento.

A composição da conta Obrigações Tributárias, Trabalhistas e Encargos Sociais a Pagar está demonstrada conforme a seguir:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO – CIRCULANTE** | **2024** | **2023** |
| PIS/COFINS a recolher | 1.325 | 1.057 |
| ICMS a recolher | 10.473 | 7.553 |
| Tributos retidos na fonte a recolher | 651 | 639 |
| Provisões de férias e encargos trabalhistas a pagar | 2.510 | 2.318 |
| Outros tributos/encargos a recolher | 194 | 218 |
| **TOTAIS** | **15.153** | **11.785** |

**NOTA 20. DÉBITOS NAS OPERAÇÕES DE VENDA E AQUISIÇÃO DE GÁS**

Os valores registrados na conta Débitos nas operações de venda e aquisição de gás referem-se à aplicação de cláusulas contratuais dos contratos dos maiores clientes industriais que efetuaram à Companhia pagamentos a título de adiantamento de valores correspondentes aos compromissos firmes de aquisição de volumes de gás.

Em consonância com as regras contratuais, esses adiantamentos são baixados contra a conta contas a receber de cada cliente à medida que os volumes de gás são retirados pelos usuários ou levando para o resultado como receita de penalidades, no caso de expirado o prazo contratual para a retirada do gás.

A conta também contempla os valores de Cauções de Clientes dado em garantia contratual. A composição da Conta Débitos nas operações de venda e aquisição de gás está demonstrada conforme segue abaixo:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO – CIRCULANTE** | **2024** | **2023** |
| Contratos de Clientes – Compromisso de retirada de gás (i) | 10.631 | 10.637 |
| Cauções de Clientes (ii) | 3 | 3 |
| **TOTAIS** | **10.634** | **10.640** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO – NÃO CIRCULANTE** | **2024** | **2023** |
| Contratos de Clientes – Compromisso de retirada de gás (iii) | 22.900 | 23.477 |
| **TOTAIS** | **22.900** | **23.477** |

Os valores registrados nestas rubricas referem-se a:

i) adiantamento dos clientes de valores correspondente ao cumprimento da cláusula contratual de compromisso firme de retirada de gás;

ii) cauções de clientes para cobrir possíveis inadimplências no pagamento das faturas de gás;

iii) emissão de notas de débitos aplicadas a clientes em cumprimento ao disposto na cláusula contratual de compromisso firme de retirada de gás, que estão sendo objeto de ação judicial de cobrança ou cuja expectativa de desfecho se estende além do exercício social. Desta forma, foram transferidos para o Passivo Não Circulante estando composto da seguinte forma:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO – NÃO CIRCULANTE** | **2024** | **2023** |
| Cliente do Segmento Automotivo | 13.516 | 13.516 |
| Cliente do Segmento Automotivo | 8.532 | 8.532 |
| Cliente do Segmento Industrial | 852 | 1.068 |
| Demais clientes | - | 361 |
| **TOTAL** | **22.900** | **23.477** |

**NOTA 21. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS**

As provisões para contingências registradas pela CEGÁS, com base na [NBC TG 25 (R2)](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2017/NBCTG25(R2)&arquivo=NBCTG25(R2).doc) e parecer técnico da assessoria jurídica, que passaram do montante de R$ 335 em 2023 para R$ 25.791 em 2024, referem-se a demandas judiciais de natureza cível, administrativa, tributária e trabalhista em que a Companhia figura como ré.

As provisões para contingências julgadas pela Companhia com risco de perda provável estão evidenciadas no quadro abaixo:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO – NÃO CIRCULANTE** | **2024** | **2023** |
| ARCE – Agência Reguladora do Ceará | - | 25 |
| Contingências Trabalhistas (1) | 103 | 9 |
| Contingências Cíveis (2) | 25.688 | 301 |
| **TOTAIS** | **25.791** | **335** |

(1) Ações trabalhistas nas quais a Companhia é demandada referem-se, sobretudo, ao reconhecimento de sua responsabilidade subsidiária por ser tomadora de serviços e a verbas de natureza salarial.

(2) Na posição de dezembro de 2024, corresponde a duas ações judiciais de natureza cível: i) a primeira, no montante atualizado de R$ 25.362, refere-se à ação de indenização por danos morais e materiais decorrente de suposto descumprimento de cláusulas contratuais de contrato de obras, em que a CEGÁS teria causado prejuízo ao contratado quando não demandou todo o serviço estipulado no contrato. Em defesa, a CEGÁS aduz que a contratação seria sob demanda, não garantindo que o valor previsto na licitação seria executado em sua totalidade. A ação em questão foi julgada parcialmente procedente em 1ª instância e encontra-se para julgamento de Embargos de Declaração. Por ocasião da 1ª decisão judicial, de maneira prudente, houve a reclassificação do risco de perda da ação pela Gerência Jurídica da companhia de **possível** para **provável**; e ii) a segunda, no montante atualizado de R$ 326, trata-se de ação de indenização por supostas inconsistências na medição do gás entre a quantia efetivamente consumida pelo usuário e a quantia fornecida e cobrada pela Companhia. Tendo sido intimada a cumprir sentença desfavorável, a CEGÁS defende a nulidade das publicações de decisões, e o excesso na execução dos valores. O processo aguarda julgamento de Recurso Especial pelo STJ.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **QUADRO DE MOVIMENTAÇÃO DE PROVISÃO – CIRCULANTE** | | |
| **DESCRIÇÃO** | **2024** | **2023** |
| Saldo Inicial | - | 266 |
| Constituição de Provisão no Período | - | (266) |
| **SALDO FINAL** | **-** | **-** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **QUADRO DE MOVIMENTAÇÃO DE PROVISÃO – NÃO CIRCULANTE** | | |
| **DESCRIÇÃO** | **2024** | **2023** |
| Saldo Inicial | 335 | 13.294 |
| Constituição de Provisão no Período | 25.456 | (12.959) |
| **SALDO FINAL** | **25.791** | **335** |

Os passivos contingentes classificados, em 31 de dezembro de 2024, pela Gerência Jurídica da Companhia como de perda possível e que não estão provisionados, em conformidade com a NBC TG 25 (R2), estão evidenciados no quadro a seguir:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Natureza** | **2024** | **2023** |
| Trabalhista (1) | 695 | 938 |
| Cível (2) | 5.103 | 26.576 |
| Tributária (3) | 5.989 | - |
| **SALDO FINAL** | **11.786** | **27.514** |

(1) Ações trabalhistas nas quais a Companhia é demandada referem-se, sobretudo, ao reconhecimento de sua responsabilidade subsidiária por ser tomadora de serviços e a verbas de natureza salarial.

(2) Na posição de dezembro de 2024, as ações judiciais de natureza cível de montante superior a R$ 1.000 são as seguintes: i) ação judicial no montante atualizado de R$ 2.038 que questiona a legalidade dos critérios que culminaram na fixação da TUSD (Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição) por supostamente descumprir parâmetros legais previstos na Lei do Gás (Lei Nacional) para a regulação específica de ramais dedicados ao atendimento dos consumidores livres, autoprodutores e do autoimportadores. Em defesa, a CEGÁS apresenta a base normativo-constitucional e sustenta a competência dos estados-membros para regulação e exploração dos serviços locais de gás canalizado. A ação encontra-se em fase de instrução probatória, ainda sem julgamento; ii) ação de Restituição por Desembolso de Franquia de Seguro de Riscos Operacionais, no montante atualizado de R$ 1.205, em que a parte autora requer a condenação das promovidas ao ressarcimento do valor deduzido da indenização de seguro a título de franquia a qual incluiria cobertura e indenização relacionada a sinistro decorrente de explosões ocorridas em prédio de sua filial. Em defesa, a CEGÁS sustenta culpa exclusiva de terceiro, então responsável por perfuração de gasoduto e por consequente vazamento de gás. A ação encontra-se em fase de conhecimento, ainda sem julgamento.

(3) Na posição de dezembro de 2024, as ações judiciais de natureza tributária são as seguintes: i) A Fazenda Pública Municipal ajuizou execução fiscal, no montante atualizado de R$ 4.823, onde se questiona a cobrança de valores supostamente devidos pela instalação dos gasodutos no subsolo, determinadas pela Lei nº 8.744/2003, que instituiu o pagamento de prestação pecuniária obrigatória a empresas que tenham infraestrutura instalada em logradouros públicos, no espaço aéreo, no solo e no subsolo do município de Fortaleza. Em defesa via embargos à execução que foram julgados procedentes, a CEGÁS sustentou a inconstitucionalidade da norma municipal. A Execução encontra-se aguardando julgamento em primeiro grau; e ii) ação rescisória da União Federal em face da CEGÁS, no montante atualizado de R$ 1.166, pleiteando novo julgamento para delimitar que somente o ICMS não integra a base de cálculo do PIS/COFINS, excluindo a referência ao ICMS-ST. Em defesa, a CEGÁS sustenta que houve respeito à coisa julgada tendo em vista a consonância da decisão que se pretende rescindir com o título judicial (sentença) exarado na ação declaratória de inconstitucionalidade. Acórdão de 10/2024 julgou improcedente a Ação Rescisória.

**NOTA 22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a) Capital Social**

Em 06 de novembro de 2024, a Energisa Distribuição de Gás S.A. (EDG) concluiu a aquisição de ações representativas de 51% do capital social total e votante da Norgás S.A., *holding* detentora das participações societárias em distribuidoras de gás natural localizadas nos estados de Alagoas, Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco. Dessa forma, a Norgás passou a ser constituída pela Energisa Distribuição de Gás S.A. e Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.

Assim, em dezembro de 2024, o capital social estava composto de 39.400.000 ações sem valor nominal, sendo 13.133.334 ações ordinárias e 26.266.666 ações preferenciais, todas de classe única, de acordo com a distribuição a seguir:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **ACIONISTAS** | **Ações Ordinárias** | **Ações Preferenciais** | **Capital Votante (%)** | **Capital Total (%)** |
| Estado do Ceará | 7.633.048 | 3.816.524 | 58,12 | 29,06 |
| NORGAS S.A | 2.282.619 | 9.316.809 | 17,38 | 29,44 |
| Mitsui Gás e Energia Ltda. | 3.217.667 | 13.133.333 | 24,50 | 41,50 |
| **TOTAIS** | **13.133.334** | **26.266.666** | **100,00** | **100,00** |

As ações preferenciais são nominativas, não possuem valor nominal, não têm direito a voto e gozam da prioridade no recebimento de dividendo mínimo obrigatório e no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia.

As reuniões do Conselho de Administração nº 288 e nº 299, registradas na JUCEC em 16 de janeiro de 2024 e em 30 de setembro de 2024, respectivamente, aprovaram os aumentos de capital, com a integralização de capital social no valor de R$ 819 e R$ 13.936, oriundos da Reserva de Incentivos Fiscais SUDENE constituída no exercício de 2021 e 2023, referentes ao Reinvestimento e Lucro da Exploração, respectivamente sem modificação da quantidade de ações existentes. O quadro a seguir apresenta o valor total da participação de cada sócio no capital social da Companhia, em dezembro de 2024 e de 2023:

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ACIONISTAS** | **% Total de Ações** | | **Vr. Ações Ordinárias (R$)** | | **Vr. Ações Preferenciais (R$)** | | **Vr. Total (R$)** | |
| **2024** | **2023** | **2024** | **2023** | **2024** | **2023** | **2024** | **2023** |
| Estado do Ceará | 29,06 | 29,06 | 39.121 | 36.262 | 19.560 | 18.131 | 58.681 | 54.393 |
| NORGAS | 29,44 | 29,44 | 11.699 | 10.844 | 47.750 | 44.261 | 59.449 | 55.105 |
| Mitsui Gás e Energia Ltda | 41,50 | 41,50 | 16.491 | 15.286 | 67.311 | 62.392 | 83.802 | 77.678 |
| **TOTAL** | **100,00** | **100,00** | **67.311** | **62.392** | **134.621** | **124.785** | **201.932** | **187.177** |

**b) Reserva de Lucro**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 23, o Conselho de Administração aprovou os aumentos de capital, nos montantes de R$ 819 e R$ 13.936, oriundos da Reserva de Incentivos Fiscais SUDENE constituída no exercício de 2021 e 2023, referentes ao Reinvestimento e Lucro da Exploração, respectivamente.

Assim, em dezembro de 2024, do total de R$ 11.787 registrado na rubrica de Reserva de Incentivo Fiscal, o montante de R$ 850 corresponde ao Reinvestimento de 2022, R$ 1.027 ao Reinvestimento de 2023, R$ 1.671 ao Reinvestimento de 2024 e R$ 8.239 ao Lucro da Exploração 2024.

A rubrica reserva de lucros abrange, além da reserva de incentivos fiscais, a reserva legal, que, no ano de 2024, foi constituída conforme Nota 22 e acumula saldo de R$ 40.127.

Os valores de incentivos fiscais e reserva legal apurados estão demonstrados no quadro abaixo:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **RESERVA DE LUCRO** | **2024** | **2023** |
| Incentivos Fiscais SUDENE | 11.787 | 16.632 |
| Reserva Legal | 40.127 | 37.435 |
| **TOTAL** | **51.914** | **54.067** |

**c) Destinação do Lucro do Exercício**

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido, ajustado pelas movimentações patrimoniais das reservas, conforme determinado pela Lei nº 6.404/76, nos termos do seu artigo 202 e suas posteriores alterações. Além disso, o artigo 4° do Estatuto da Companhia determina o pagamento mínimo aos titulares de ações preferenciais no montante de 6% do capital social.

Os Juros sobre o Capital Próprio foram imputados aos dividendos obrigatórios nos anos de 2024 e de 2023, líquido de Imposto de Renda Retido na Fonte. Os dividendos adicionais propostos em dezembro de 2024 e 2023, estão demonstrados a seguir:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DIVIDENDOS PROPOSTOS** | **2024** | **2023** |
| Lucro Líquido do Exercício | 53.837 | 90.125 |
| (-) Reserva Legal – 5% até o limite de 20% do capital | (2.692) | (2.060) |
| (-) Reserva de Incentivos Fiscais – IRPJ | (9.910) | (14.963) |
| **(=) Dividendos propostos** | **41.235** | **73.102** |
| (-) Juros sobre capital próprio líquido (A) | (13.818) | (14.124) |
| (-) IRRF sobre Juros Remuneratórios do Capital Próprio | (1.645) | (1.682) |
| **(=) Total dos Dividendos a pagar (B)** | **25.772** | **57.296** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DIVIDENDO MÍNIMO EXIGIDO ESTATUTO SOCIAL** | **2024** | **2023** |
| Capital Social de Ações Preferenciais | 134.621 | 124.785 |
| **Dividendo Mínimo Obrigatório Ações Preferenciais (6%) (C)** | **8.077** | **7.487** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **CÁLCULO DIVIDENDO OBRIGATÓRIO LEI 6.404/76** | **2024** | **2023** |
| **(=) Base de cálculo dos dividendos propostos** | **41.235** | **73.102** |
| **Dividendo Obrigatório (25%) (D)** | **10.309** | **18.275** |
| (-) Juros sobre capital próprio líquido (A) | (13.818) | (14.124) |
| **Dividendo mínimo (D + A)** | **(3.508)** | **4.151** |
| Dividendos mínimos Ações Preferenciais (E) | (2.339) | 2.766 |
| Dividendos mínimos Ações Ordinárias (F) | (1.169) | 1.384 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DIVIDENDOS MÍNIMOS EXIGIDOS** | **2024** | **2023** |
| Dividendo Mínimo Obrigatório Ações Preferenciais (C) | 8.077 | 7.487 |
| Dividendos mínimos Ações Ordinárias (F) | (1.169) | 1.384 |
| **Total Dividendo Mínimo Exigido (G = C + F)** | **6.908** | **8.871** |
|  |  |  |
| **Dividendos adicionais propostos pela Administração a distribuir (B – G)** | **18.864** | **48.425** |

**NOTA 23. RECEITA LÍQUIDA – VENDA DE GÁS E SERVIÇOS**

A receita líquida por natureza está demonstrada no quadro abaixo:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO** | **2024** | **2023** |
| **Receita Bruta** | **875.767** | **805.955** |
| Venda de Gás (1) | 839.096 | 763.090 |
| Prestação de Serviços | 4.271 | 4.332 |
| Receita de Construção | 32.400 | 38.533 |
| **(-) Deduções da Receita Bruta** | **(227.863)** | **(190.833)** |
| Tributos sobre vendas de gás (ICMS, PIS e COFINS) (1) | (225.448) | (188.077) |
| Tributos sobre Prestação de Serviços (ISS ou ICMS, PIS e COFINS) | (1.170) | (1.108) |
| Devoluções/Abatimentos/Descontos | (1.245) | (1.648) |
| **(=) Receita Líquida** | **647.904** | **615.122** |
| Venda de Gás (1) | 612.403 | 573.365 |
| Prestação de Serviços | 3.101 | 3.224 |
| Receita de Construção | 32.400 | 38.533 |

(1) Crescimento na Receita Bruta, Tributos sobre Vendas de Gás e Receita Líquida de Gás decorrente principalmente das novas operações de comercialização de gás.

Em relação aos tributos sobre vendas de gás, o Decreto nº 24.569/1997, do Estado do Ceará, através da Secretaria da Fazenda, atribuía à Companhia a condição de sujeito passivo substituído nas operações de aquisição de gás natural até 08/2022.

No entanto, a partir de 09/2022, com a vigência do Decreto n° 34.881/2022, que alterou o Decreto nº 24.569/1997, foi determinado à CEGAS a responsabilidade pela apuração e recolhimento do ICMS Normal e Substituição Tributária. Dessa forma, para o gás destinado ao consumo final (segmentos industrial, residencial, comercial), a base de cálculo do ICMS passou a ser a tarifa praticada pela CEGÁS ao invés de uma base de cálculo estimada por uma MVA - Margem de Valor Agregado. Em relação ao segmento veicular, a CEGÁS passou à condição de substituta tributária, sendo responsável pelo recolhimento do ICMS Normal e Substituição Tributária. Quanto ao gás destinado para revenda, ainda se aplica o recolhimento do ICMS por MVA.

**NOTA 24. CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS POR NATUREZA**

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados por natureza estão demonstrados no quadro abaixo:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO** | **2024** | **2023** |
| Custo de Aquisição do Gás Natural (1) | (484.129) | (464.828) |
| Custo de Pessoal | (6.009) | (5.691) |
| Custo dos Serviços Prestados | (3.407) | (3.015) |
| Custo de Aquisição de Materiais | (484) | (806) |
| Custo de Amortização Operacional | (20.923) | (19.408) |
| Custo de Construção | (32.400) | (38.533) |
| Outros | (709) | (559) |
| **TOTAL** | **(548.061)** | **(532.840)** |

(1) Crescimento no custo do gás decorrente principalmente das novas operações de comercialização de gás, com reflexo positivo na Receita de Gás.

**NOTA 25. DESPESAS POR NATUREZA**

As despesas por natureza de gastos estão demonstradas no quadro abaixo:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESPESAS POR NATUREZA** | **2024** | **2023** |
| Despesa de Pessoal | (18.119) | (17.833) |
| Despesas dos Serviços prestados (1) | (7.485) | (6.467) |
| Despesas de Aquisição de Materiais | (169) | (132) |
| Despesas de Amortização Administrativa | (4.904) | (4.607) |
| Despesas Gerais e Administrativas | (4.350) | (4.262) |
| Despesas Tributárias | (4.473) | (5.806) |
| **TOTAL** | **(39.500)** | **(39.107)** |

(1) Aumento nas despesas de serviços prestados ocasionado principalmente devido aos efeitos: i) dos pagamentos à empresa especializada na realização de inventários de distribuidoras de gás canalizado; ii) dos pagamentos a empresa especializada em inovação; e iii) aquisição de licenças de software relacionados à segurança da informação e gestão de projetos.

**NOTA 26. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS**

Outras Receitas Operacionais referem-se às penalidades originadas por aplicação de cláusulas contratuais com os clientes. As Outras Despesas Operacionais são penalidades concernentes ao contrato de compra e venda de gás com os supridores de gás e Perdas Estimadas no Recebimento de Créditos. As Outras Receitas e Despesas estão discriminadas no quadro a seguir:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO – RECEITAS (A)** | **2024** | **2023** |
| Penalidade de retirada de gás a maior e a menor | 1.894 | 3.047 |
| Penalidade de transporte de gás térmico *(Ship or Pay)* (1) | 12.427 | 256.458 |
| Penalidade de Falha de fornecimento | 780 | 1.924 |
| Multa Contratual | 1 | 1.880 |
| Receita capacidade de transporte | 6.226 | 6.367 |
| Reversão provisões contingências trabalhista/cíveis | 613 | 46 |
| Reversão provisões contingências fiscais | - | 13.785 |
| Receita de *Take or Pay* térmico (1) | 103 | 20.978 |
| Outras receitas operacionais (2) | 3.567 | 3.125 |
| **Total de Outras Receitas Operacionais (total A)** | **25.611** | **307.610** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO – DESPESAS (B)** | **2024** | **2023** |
| Penalidade de retirada a maior e a menor | (3.844) | (5.886) |
| Penalidade de transporte de gás térmico *(Ship or pay)* (1) | (12.426) | (256.940) |
| Despesa variação preço do Gás | (422) | (350) |
| Provisão créditos liquidação duvidosa | (235) | (319) |
| Provisão contingências trabalhistas | (656) | (3) |
| Provisão contingências cíveis | (25.413) | (35) |
| Perda/alienação/baixa | (281) | (38) |
| Outras despesas operacionais | (68) | - |
| **(-) Outras Despesas Operacionais (total B)** | **(43.345)** | **(263.571)** |
| **TOTAL (A+B)** | **(17.734)** | **44.039** |

(1) Redução devido ao final do contrato com a Termeletrica Fortaleza em 2023. Os montantes registrados em 2024 referem-se somente faturamentos de acertos para finalização de contrato.

(2) Nos contratos com os grandes clientes há a previsão contratual de incidência de penalidades recuperáveis *Take or Pay* – TOP, o qual também prevê o prazo para recuperação dessa penalidade. Findo o prazo de recuperação, tais penalidades, que são controlados no passivo da Companhia, são reconhecidas como receita.

**NOTA 27. RESULTADO FINANCEIRO**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO – Receitas Financeiras** | **2024** | **2023** |
| Receitas de Aplicações Financeiras | 15.086 | 17.396 |
| Outras Receitas Financeiras | 1.825 | 2.343 |
| **TOTAL** | **16.911** | **19.739** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO – Despesas Financeiras** | **2024** | **2023** |
| Despesa Financeiras – Arrendamento | (958) | (1.098) |
| Outras Despesas Financeiras | (93) | (201) |
| **TOTAL** | **(1.051)** | **(1.299)** |

As Receitas Financeiras estão representadas por rendimentos de aplicações financeiras a taxas demonstradas nas Notas 6 e 7.

**NOTA 28. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO** | **2024** | **2023** |
| Processos Judiciais em contingência (Nota 22) (A) | 25.791 | (13.225) |
| IRPJ/CSLL Diferido 34% x (A) | 8.769 | (4.492) |
| **IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS** | **8.769** | **(4.492)** |

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada a seguir:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Efeito da CSLL** | **2024** | **2023** |
| Lucro Antes da CSLL após reversão do JRCP | 58.470 | 105.654 |
| (-) Despesas JRCP | (15.463) | (15.806) |
| Lucro Antes da CSLL | 43.007 | 89.848 |
| **(+) Adição ao lucro real** | **29.800** | **4.632** |
| Depósitos Judiciais | - | 570 |
| Incentivos fiscais Lei Rouanet / Desportiva/ FDCA/ Fundo do Idoso/ Produção Cinematográfica/ PRONAS | 420 | 612 |
| Despesa Financeira e Amortização IFRS 16 | 3.259 | 3.387 |
| Provisões para contingências cíveis/fiscais/trabalhistas | 26.069 | - |
| Outras | 52 | 63 |
| **(-) Exclusões** | **(2.769)** | **(15.964)** |
| Reversão de provisões não tributáveis | (613) | (13.832) |
| Reversão de aluguéis IFRS 16 | (2.156) | (2.132) |
| **Alíquota** | **9%** | **9%** |
| Contribuição social corrente | (6.304) | (7.066) |
| Contribuição social diferida | 2.321 | (1.189) |
| **TOTAL** | **(3.983)** | **(8.255)** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Efeito do IRPJ** | **2024** | **2023** |
| Lucro Antes do IRPJ após a reversão do JRCP | 58.470 | 105.654 |
| (-) Despesas JRCP | (15.463) | (15.806) |
| Lucro Antes do IRPJ | 43.007 | 89.848 |
| **(+) Adição ao lucro real** | **29.902** | **4.751** |
| Depósitos Judiciais | - | 570 |
| Incentivos fiscais Lei Rouanet / Desportiva/ FDCA/ Fundo do Idoso/ Produção Cinematográfica | 420 | 612 |
| Despesa Financeira e Amortização IFRS 16 | 3.259 | 3.387 |
| Participação de administradores nos lucros | 102 | 119 |
| Provisões para contingências cíveis/fiscais/trabalhistas | 26.069 | - |
| Outras | 52 | 63 |
| **(-) Exclusões** | **(2.769)** | **(15.964)** |
| Reversão de provisões não tributáveis | (613) | (13.832) |
| Reversão de aluguéis IFRS 16 | (2.156) | (2.132) |
| **Alíquota** | **25%** | **25%** |
| Imposto de renda corrente | (17.511) | (19.635) |
| Imposto de renda diferido | 6.448 | (3.303) |
| **TOTAL** | **(11.063)** | **(22.938)** |

Conforme determina a NBC TG 32 (R3) – Tributos sobre o Lucro, foram constituídos no exercício os valores do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias dedutíveis existentes na data do balanço e, apurados com base nas provisões para riscos fiscais e passivos contingentes, sendo tais valores adicionados à base de cálculo do lucro real.

Os valores pagos correspondentes ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido estão demonstrados no quadro a seguir:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **2024** | **2023** |
| Imposto de Renda (IRPJ) | 7.099 | 3.970 |
| Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) | 6.202 | 6.783 |
| **Total** | **13.301** | **10.753** |

**NOTA 29.  LUCRO POR AÇÃO**

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais. A Companhia optou por incluir as ações preferenciais no cálculo, tendo em vista seu direito a dividendo igual ao das ações ordinárias. No caso da Companhia, não existe ações em tesouraria que diluam o cálculo do lucro por ação, não havendo, nesse caso, diferença entre o lucro básico e o lucro diluído. No quadro a seguir, estão apresentados os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO** | **2024** | **2023** |
| Lucro Líquido do Exercício | 53.837 | 90.125 |
| Total de Ações Ordinárias e Preferenciais (em milhares) | 39.400 | 39.400 |
| **Lucro/Ação** | **1,37** | **2,29** |

**NOTA 30. PARTES RELACIONADAS**

As transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas, foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 dezembro de 2024 e de 31 de dezembro de 2023 estão demonstrados no quadro a seguir:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ANO** | **2024** | | | **2023** | | |
| **Rubrica / Parte Relacionada** | **Estado do Ceará** | **NORGÁS** | **Mitsui Gás** | **Estado do Ceará** | **NORGÁS** | **Mitsui Gás** |
| Fornecedores | - | - | - | - | - | - |
| Financiamentos | - | - | - | - | - | - |
| Adiantamento a Fornecedor | - | - | - | - | - | - |
| Contas a Pagar | - | - | - | - | - | - |
| Contas a Receber | 110 | - | - | 115 | - | - |
| Dividendos Mínimos (25%) | 532 | 2.624 | 3.752 | 1.927 | 2.861 | 4.083 |

No tocante a remuneração dos administradores, consideram-se pessoal-chave da Administração os membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário. Em 2024, a Companhia registrou o montante de R$ 1.774 relativo à remuneração do pessoal-chave da Administração. Em 2023, a remuneração dos administradores foi de R$ 1.758.

**NOTA 31. COBERTURA DE SEGUROS**

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens que compõem o ativo da concessão, por valores considerados pela Companhia suficientes para cobrir eventuais perdas.

Os valores correspondentes à garantia de cobertura de eventuais sinistros estão evidenciados no quadro a seguir:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO** | **2024** | **2023** |
| Incêndio (sede/dutos/estações) | 60.908 | 48.314 |
| Responsabilidade Civil Geral | 25.000 | 20.000 |
| Veículos (cobertura própria e danos a terceiros) | 13.875 | 13.185 |
| Equipamentos | 138 | 138 |
| **TOTAL** | **99.921** | **81.637** |

**NOTA 32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

As transações financeiras efetuadas pela Companhia são pertinentes às suas atividades econômicas, envolvendo particularmente contas a receber e a pagar, e financiamentos de cunho operacional. Esses instrumentos, devido a sua natureza, condições e prazos, têm seus valores contábeis registrados nos balanços patrimoniais próximos aos valores de mercado.

**Gerenciamento dos riscos financeiros**

A CEGÁS possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de Crédito (ii)

- Risco de Liquidez (iii)

- Risco de Mercado (iv)

**(i) Estrutura de gerenciamento de risco**

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da CEGÁS. O Conselho de Administração estabeleceu o Comitê de Auditoria Estatutária, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da CEGÁS. O Comitê reporta periodicamente ao Conselho de Administração sobre suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da CEGÁS são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

O Comitê de Auditoria da Companhia supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais a Companhia está exposta. O Comitê de Auditoria é suportado pela Coordenadoria de Auditoria Interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nas políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado destes procedimentos é reportado para o Comitê de Auditoria. Compondo ainda a estrutura de gerenciamento de risco, a Coordenadoria de Riscos e Conformidade é responsável por propor políticas de conformidade e gerenciamento de riscos para a Companhia, além de verificar a aderência da estrutura organizacional e dos processos, produtos e serviços da Companhia às leis, aos normativos, às políticas e diretrizes internas e aos demais regulamentos aplicáveis.

**(ii) Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

A Companhia está exposta ao risco de crédito de instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa e equivalente de caixa. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e por contas a receber em 31 de dezembro de 2024.

A CEGÁS está exposta a possibilidade das perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes. Para mitigar este risco, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e acompanhamento permanente das posições em aberto.

Uma análise de redução ao valor recuperável é efetuada a cada data de reporte  
usando uma matriz de provisão para avaliar as perdas de crédito esperadas. As taxas foram baseadas na análise histórica de recebimento de créditos da Companhia, à análise técnica pormenorizadas dos títulos e à análise de mercado. O cálculo reflete a probabilidade ponderada de perda, aplicando-se o índice de provisão de perda sobre o valor dos créditos abertos por categoria. As penalidades contratuais recuperáveis e os créditos oriundos de operações com a térmica foram desconsideradas devido as particularidades e baixo risco desses tipos de operações. Abaixo, são apresentadas as informações sobre a exposição de crédito nas contas a receber da Companhia em dezembro de 2024, utilizando-se de uma matriz de provisão.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Classificação dos créditos por data de vencimento** | **a vencer** | **Até 30 dias** | **Entre 30 e 365 dias** | **Maior que 365 dias** |
| Valor total a receber | 55.514 | 1.537 | 605 | 2.902 |
| Índice de perda de crédito esperada | 0,0074% | 0,1277% | 10,7323% | 100% |
| **Perda de crédito esperada** | **4** | **2** | **65** | **2.902** |

**(iii) Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A Companhia utiliza seus recursos principalmente com despesas de capital, despesas operacionais e pagamentos de dividendos.

A abordagem da CEGÁS na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

O quadro a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **2024** | **Valor Contábil** | **Até 12 meses** | **1 - 2 anos** | **3 - 5 anos** |
| Fornecedores | 70.655 | 70.655 | - | - |
| Empréstimos e financiamentos | 28.630 | 1.593 | - | 27.037 |
| Outras contas a pagar | 17.305 | 17.305 | - | - |
| **Total** | **116.590** | **89.553** | **-** | **27.037** |
| **2023** | **Valor Contábil** | **Até 12 meses** | **1 - 2 anos** | **3 - 5 anos** |
| Fornecedores | 54.543 | 54.543 | - | - |
| Empréstimos e financiamentos | 30.047 | 1.418 | - | 28.629 |
| Outras contas a pagar | 13.911 | 13.911 | - | - |
| **Total** | **98.501** | **69.872** | **-** | **28.629** |

**(iii) Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações – irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

As aplicações financeiras da Companhia, no montante de R$ 127.440, são de curto prazo e alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras são indexadas à variação do CDI, expondo este ativo financeiro às flutuações nas taxas de juros conforme demonstrado no quadro de sensibilidade a seguir:



1. Taxa de juros efetiva.
2. Representam as aplicações financeiras de curto e longo prazo – Nota explicativa nº 6 e 7.

**NOTA 33. APROVAÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELA ADMINISTRAÇÃO**

A Diretoria Executiva da Companhia aprovou o envio das demonstrações financeiras aos auditores independentes em 11 de fevereiro de 2025, aprovou e autorizou a divulgação das demonstrações financeiras em 07 de março de 2025.

|  |  |
| --- | --- |
| Miguel Antonio Cedraz Nery | Leandro Petsold dos Santos Araújo |
| Diretor-Presidente | Diretor Administrativo e Financeiro |
|  |  |
|  |  |
| Gustav Souza Costa | Mardônio Barbosa da Silva |
| Diretor Técnico e Comercial | Contador CRC-CE 019178/O-8 |